



Presidente
Telmo Machado Pinto

Secretário
Eduardo Amador

Tesoureira
Marta Teixeira Pimentel

Vogal
Paulo Alferes

Vogal
Jorge Ilhéu Bica

Vogal
Cláudia Martins

Vogal
Natália Duarte

ATA Nº. 226

-----Ao sexto dia do mês de março de dois mil e vinte e cinco, reuniu em sessão ordinária pública, pelas vinte e uma horas, no Centro Autárquico de Quarteira, o secretário - Eduardo Manuel Graça Amador, a tesoureira – Marta Alexandra Pereira Rodrigues Teixeira Pimentel, o Vogal – Paulo Alexandre Francisco Alferes, a Vogal - Cláudia Gonçalves Martins, o Vogal Jorge Ilhéu Bica e a Vogal - Natália Marina Cova Duarte. O Presidente - Telmo Manuel Machado Pinto esteve ausente, tendo sido a reunião presidida pelo secretário - Eduardo Manuel Graça Amador.-----

Com a seguinte ordem de trabalhos:-----

Ponto Um - Análise de Procedimentos administrativos ao abrigo do C.C.P. (Código dos Contratos Públicos).-----

Ponto Dois – Análise e aprovação de apoios a Associações e Coletividades.-----

Ponto Três – Análise e aprovação da Proposta n.º 09/2025 – Avaliação do Desempenho: Diferenciação dos Desempenhos.-----

Ponto Quatro – Análise e aprovação da Proposta n.º 10/2025 – Processo de Avaliação do Desempenho.-----

Ponto Cinco – Análise e aprovação de Trabalho Suplementar.-----

Ponto Seis – Análise e apreciação de pedido de marcação/alteração de férias.-----

Ponto Um – O Executivo da JFQ deliberou por unanimidade:-----

Ponto 1.1 – Adjudicar o procedimento por ajuste direto nº 03/2025/Empreitada- "Serviços no âmbito do projeto Quartiles", à empresa "Cornucopia d'Ideias, Lda.", NIF: 514484845 pelo valor de 29.746,74€ (vinte e nove mil setecentos e quarenta e seis euros e setenta e quatro cêntimos) + IVA.-----

Ponto 1.2 – Aprovar a minuta de contrato do procedimento por ajuste direto nº 03/2025/Empreitada- "Serviços no âmbito do projeto Quartiles".-----



Presidente
Telmo Machado Pinto

Secretário
Eduardo Amador

Tesoureira
Marta Teixeira Pimentel

Vogal
Paulo Alferes

Vogal
Jorge Ithéu Bica

Vogal
Cláudia Martins

Vogal
Natália Duarte

Ponto 1.3 – Adjudicar, com base no relatório final de análise de propostas, o procedimento por consulta prévia nº11/2025- “Aquisição de serviços de impressão 4 e 5 de "As Aventuras de Octávio - O polvo de Quarteira” à empresa “LiderGraf - Artes Graficas, S.A.”, NIF: 503179396, pelo valor de 4.200,00€ (quatro mil e duzentos euros) +IVA. -----

Ponto 1.4 – Aprovar a ficha de início de procedimento de “Aquisição de licenças de software e assistência técnica”.-----

Ponto 1.5 – Aprovar a Informação de início de procedimento nº 42/2025 e dar autorização para início do procedimento de concurso público nº 12/2025/Bens e Serviços - Aquisição de licenças de software e assistência técnica. A informação de início de procedimento em anexo a esta ATA inclui a nomeação do gestor de contrato. O preço base de cada um dos Lotes do presente procedimento é o seguinte: a) Lote 1 - 6 760,26€ (seis mil setecentos e sessenta euros e vinte e seis cêntimos) + IVA à taxa normal; b) Lote 2 – 1.956,50€ (mil e novecentos e cinquenta e seis euros e cinquenta cêntimos) + IVA à taxa normal; c) Lote 3 – 8.555,00€ (oito mil quinhentos e cinquenta e cinco euros) + IVA à taxa normal. -----

Ponto 1.6 – Adjudicar o procedimento por ajuste direto nº16/2025/Bens e Serviços- "Renovação de licenças de software e contrato de manutenção para Unyktv", à empresa Algardata Sistemas Informáticos S.A., NIF: 502420227 pelo valor de 5.750,00 € (cinco mil, setecentos e cinquenta euros) + IVA. -----

Ponto 1.7 – Adjudicar, com base no projeto de decisão, o procedimento por consulta prévia nº 17/2025/Bens e Serviços- " Aquisição de serviços de limpeza do Centro Autárquico e Instalações Sanitárias Públicas", à Sra. Maria da Silva, pelo valor de 12.000,00 € (doze mil euros) com exclusão do IVA. -----



Presidente
Telmo Machado Pinto

Secretário
Eduardo Amador

Tesoureira
Marta Teixeira Pimentel

Vogal
Paulo Alferes

Vogal
Jorge Ilheu Bica

Vogal
Cláudia Martins

Vogal
Natália Duarte

Ponto 1.8 – Aprovar a minuta de contrato para o procedimento por consulta prévia nº 17/2025/Bens e Serviços "Aquisição de serviços de limpeza do Centro Autárquico e Instalações Sanitárias Públicas".-----

Ponto Dois - O Executivo da JFQ deliberou por unanimidade:-----

Ponto 2.1 – Deferir o pedido de apoio para as atividades desenvolvidas pela Federação de Triatlo de Portugal, no montante de 3.000,00€ (três mil euros) ⁽¹⁾.-----

Ponto 2.2 – Deferir o pedido de apoio para as atividades desenvolvidas pela Associação Arabesque Family, no montante de 2.352,00€ (dois mil trezentos e cinquenta e dois euros) ⁽¹⁾.-----

Ponto Três – O Executivo da JFQ deliberou, por unanimidade, deferir a proposta n.º 09/2025 – “Avaliação do Desempenho – Diferenciação de Desempenhos”, com base na competência atribuída pela alínea d) do n.º 1 do artigo 60.º e pelo n.º 4 do artigo 75.º da Lei do SIADAP, distribuindo as avaliações da seguinte forma: dez por cento dos trabalhadores, correspondendo a quatro funcionários, com avaliação de Excelente; trinta por cento, equivalentes a dez funcionários, com avaliação de Muito Bom; e outros trinta por cento, também correspondendo a dez funcionários, com avaliação de Bom. -

Ponto Quatro – O Executivo da JFQ aprovou, por unanimidade, a proposta n.º 10/2025 – “Processo de Avaliação do Desempenho”, ao abrigo da competência prevista na alínea e) do artigo 19.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, articulada com a alínea c) do n.º 1 do artigo 60.º da Lei do SIADAP e após pareceres da Comissão da Avaliação, sendo definido: avaliar apenas por competências os trabalhadores integrados nas carreiras de Assistente Técnico e Assistente Operacional; fixar as ponderações dos parâmetros de avaliação para os trabalhadores integrados na carreira de Técnico Superior em sessenta por cento para resultados e quarenta por cento para competências; definir como competências nucleares obrigatórias “Orientação para a Colaboração” e “Orientação para os Resultados” para todos os trabalhadores.-----



Presidente
Telmo Machado Pinto

Secretário
Eduardo Amador

Tesoureira
Marta Teixeira Pimentel

Vogal
Paulo Alferes

Vogal
Jorge Ilhéu Bica

Vogal
Cláudia Martins

Vogal
Natália Duarte

Ponto Cinco - O Executivo da JFQ deliberou, por unanimidade, deferir a realização de trabalho suplementar do mês de fevereiro aos funcionários: Vanda Varela (assistente técnica); Francisco Sobreira (assistente operacional); Adelino Medeiros (assistente operacional); Júlio Belchior (assistente operacional) e Corina Guerreiro (assistente técnica) e do mês de março aos funcionários: Inês Pacheco (técnica superior); Sandra Oliveira (assistente técnica); Filipa Brás (técnica superior); Cláudia Henriques (técnica superior); Vanda Varela (assistente técnica); Célia Coelho (assistente técnica); Sílvia Bonixe (técnica superior); Joaquim Leonardo (assistente técnico); Joaquim Oliveira (assistente operacional) e Dinis Rodrigues (assistente operacional). -----

Ponto Seis - O Executivo da JFQ deliberou por unanimidade deferir o pedido de marcação de férias à funcionária Bárbara Neves (assistente técnica).-----

Período de intervenção do Público:-----

Marta Teixeira, Tesoureira: Após a deliberada a ordem de trabalhos, questiono se algum de vós tem alguma questão a colocar, relativamente aos mesmos. -----

Sr. Nélson Rodrigues, membro do público: Boa noite a todos, relativamente ao pessoal que trabalha nas casas de banho, são contratados através de outsourcing ou são funcionários da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal de Loulé?-----

Sr. Eduardo Amador, Secretário: As pessoas que estão afetas às casas de banho públicas é pessoal nosso, exceto durante o verão. No verão, fazemos um reforço com a contratação de mais quatro ou cinco senhoras para manter as casas de banho abertas desde manhã até à meia-noite. Essas senhoras são contratadas a recibos verdes.-----

Marta Teixeira, Tesoureira: Posso acrescentar que, neste momento, estão num processo de recrutamento através de procedimento concursal. Estavam com contratos a termo certo e agora estamos a terminar o procedimento concursal de contratos a termo indeterminado para que as pessoas fiquem efetivamente no quadro. -----



Presidente
Telmo Machado Pinto

Secretário
Eduardo Amador

Tesoureira
Marta Teixeira Pimentel

Vogal
Paulo Alferes

Vogal
Jorge Ilhéu Bica

Vogal
Cláudia Martins

Vogal
Natália Duarte

Professor Carlos Catarino, membro do público: Boa noite à mesa. Hoje, estamos aqui para discutir a Quinta do Romão e as obras que estão a decorrer naquela área. Inicialmente, a situação era caótica, mas hoje houve uma melhoria. O maior transtorno foi causado pela obra das residências. A fiscalização da Câmara Municipal de Loulé, ao licenciar, afirmou que aquelas são as normas normais de funcionamento, incluindo o cuidado com o transporte de detritos, especialmente em dias de chuva. O funcionário responsável passa o dia a limpar o pavimento da rua que dá acesso à rotunda. Já a obra da Quinta, que está no extremo oposto, foi um desrespeito total por parte de todos. Não sei se algum de vós passou por lá, mas os carros carregados, com lama, derivado da chuva, causaram grande transtorno pela Avenida Doutor Carlos Mota Pinto até à rotunda. Hoje, fizeram uma limpeza, mas o dano já está feito. Todos andamos com os carros sujos de lama, e a minha garagem, que tem um piso cinzento, está agora castanha. Quem vai pagar pela limpeza? Não espero que seja a Câmara ou a obra, teremos de suportar os custos. Apelo para que, por interposta pessoa, em futuras obras, apelem à atenção, para o bem de todos e do erário público. Há regras a seguir, e não quisemos chamar a GNR, embora pudéssemos ter feito isso. O ponto dois e o três, alínea b), do 56º artigo do Código da Estrada prevê penalizações e coimas para estas situações. Se necessário, seguiremos esse caminho para garantir que não se repita. -----
O segundo ponto, já abordado numa Assembleia de Freguesia, refere-se a um terreno de usufruto público, que tem acesso entre o AM 4 e o AM 5, onde o Algartalhos faz as descargas. Ao redor do ponto de transformação lá existente já pedi à Junta de Freguesia para limpar os matos envolventes que estavam imundos. Isso foi feito, mas continuamos sem clarificação sobre a propriedade do terreno. Antes do verão, queremos saber a quem pertence realmente, pois nas escrituras de mil novecentos e noventa e nove consta que o terreno é de usufruto público. O FM 10 e o FM 11, o edifício Dom Duarte, na rua Valas da Alagoa, também consta na confrontação nascente o usufruto público. A



Presidente
Telmo Machado Pinto

Secretário
Eduardo Amador

Tesoureira
Marta Teixeira Pimentel

Vogal
Paulo Alferes

Vogal
Jorge Ithéu Bica

Vogal
Cláudia Martins

Vogal
Natália Duarte

Dona Lígia, no AM 5, também tem confrontação a sul de usufruto público. Agora, há uma obra que está a ocupar metade do terreno de usufruto público, e queremos uma clarificação urgente. Não queremos que aconteça o mesmo que com o terreno em frente à D. Dinis, onde se construíram prédios e o terreno de usufruto público ficou com donos. Precisamos de áreas verdes e estacionamento, e queremos dar essa vertente de uso ao terreno. Já entreguei, na Assembleia de Freguesia, cópias da ata de compra e venda, onde constam as confrontações. O Senhor Presidente prometeu verificar, mas nunca mais deu resposta. Vamos ver se conseguimos uma definição antes de agosto, para fazer algo útil com o terreno. A limpeza terá de ser feita novamente, e há um carro que ficou lá desde o verão passado. -----

Sr. Vítor Miranda, membro do público: Boa noite. Gostaria também de acrescentar que, em frente aos nossos caixotes do lixo, junto ao AM 6, encontra-se uma scooter estacionada há quase um ano. Até ao momento, ninguém a removeu, e nem a Junta de Freguesia nem a Câmara Municipal tomaram qualquer medida para colocar um aviso ou proceder à sua recolha. Trata-se de uma situação semelhante à do automóvel mencionada pelo Professor Carlos Catarino. Adicionalmente, gostaria de chamar a atenção para a questão das árvores localizadas em frente ao AM 5 e AM 6. No AM 5, existem duas árvores inclinadas, representando um risco de queda. Do nosso lado, os ramos das árvores atingem as janelas. -----

D. Lígia Freitas, membro do público: Boa noite. Gostaria de abordar algumas questões que me afetam diretamente. Em primeiro lugar, gostaria de saber por que motivo não foi colocado o balde de compostagem em frente ao AM 6. Foram distribuídos baldes semelhantes em vários locais, mas ali não. Será que não iremos ter um? Considero que temos esse direito. Aliás, chegaram a perguntar-me se gostaria de ter um, mas, até hoje, apesar de terem sido instalados em vários pontos, naquele local específico não foi colocado. Além disso, questiono se vamos deixar de ter iluminação pública, uma vez que



Presidente
Telmo Machado Pinto

Secretário
Eduardo Amador

Tesoureira
Marta Teixeira Pimentel

Vogal
Paulo Alferes

Vogal
Jorge Ilhéu Bica

Vogal
Cláudia Martins

Vogal
Natália Duarte

a maioria dos candeeiros estão fundidos. Contabilizando, devem ser cerca de cem entre a Quinta do Romão, a Avenida 25 de Abril e a rotunda que dá acesso à bomba de gasolina da BP. Nessas áreas, praticamente todos os candeeiros estão apagados. O mesmo acontece na Avenida de Vilamoura, nomeadamente após os postos 1 e 2 e até quase à entrada da EN125, onde há um grande número de candeeiros desligados. Quem segue para Albufeira, em direção à antiga Kadoc, também encontra vários apagados. Não sei de quem é a responsabilidade, mas parece-me ser também da Câmara Municipal. Por fim, gostaria de falar sobre as obras. A Quinta do Romão merece um parque infantil digno, pois é uma zona com muitos moradores. Atualmente, apenas se veem construções de prédios junto à praia, mas não há investimento em espaços públicos para as crianças. O parque existente na Quinta do Romão já quase não é utilizado, pois não oferece equipamentos que realmente as entretendam. Em vez disso, acaba por ser frequentado à noite por jovens mais velhos, que contribuem para a sua degradação. Os parques infantis deveriam servir, de facto, as crianças. Pergunto: por que não se constrói um parque de grande dimensão junto ao Passeio das Dunas, como o que existe do lado do calçadão? Tenho uma criança que, quando vem à minha casa, recusa-se a ir ao parque atual, pois não há sequer um baloiço. Com tantos edifícios a serem construídos na zona, penso que a Câmara Municipal poderia investir um pouco mais em melhorias para os residentes. Agradeço. -----

Sr. Eduardo Amador, Secretário: Como é do conhecimento de alguns, grande parte dos temas aqui debatidos não são da competência da Junta de Freguesia de Quarteira. No entanto, isso não impede a Junta de tomar medidas para pressionar a Câmara Municipal a resolver os problemas que afetam a nossa freguesia. Relativamente à primeira obra mencionada pelo Professor Carlos Catarino, embora possa não ter havido tanta sujidade, ocorreram outros problemas. Cheguei, inclusive, a deslocar-me à obra para falar com o encarregado. Os aspersores de rega, localizados junto ao separador



Presidente
Telmo Machado Pinto

Secretário
Eduardo Amorim

Tesoureira
Marta Teixeira Pimentel

Vogal
Paulo Alferes

Vogal
Jorge Ithéu Bica

Vogal
Cláudia Martins

Vogal
Natália Duarte

triangular na entrada da obra, foram danificados pelos camiões de carga e descarga, assim como as válvulas de retenção de água. Além disso, os camiões e veículos dos trabalhadores estacionavam em cima das zonas verdes, causando danos significativos. No que diz respeito à segunda obra, é lamentável a situação que se verifica atualmente. Temos recebido queixas há vários dias – não apenas as vossas – e, diariamente, enviamos e-mails à Câmara para pressionar a tomada de medidas em relação à lama que sai da escavação. Embora disponhamos de duas varredoras, estas apenas conseguem aspirar resíduos secos, não tendo capacidade para remover lama. Se estivesse ao nosso alcance resolver o problema diretamente, já o teríamos feito. Concordo plenamente que, ao licenciar uma obra, a Câmara Municipal de Loulé deveria incluir no caderno de encargos penalizações ou mecanismos de pressão para evitar este tipo de situações. A retenção de uma caução até à limpeza total poderia ser uma solução eficaz. Hoje mesmo enviámos mais um e-mail para a Câmara. Não sei se foi essa a razão pela qual a fiscalização esteve no local, mas reforço que temos insistido continuamente neste assunto. Até ao momento, já recebemos cerca de seis ou sete queixas, e consideramos nosso dever pressionar para que o problema seja resolvido. Quanto ao terreno localizado atrás do Algartalhos, sabemos que a situação já foi reportada à fiscalização da Câmara, através de um e-mail, devido ao lixo e entulho ali depositados. O Professor Carlos Catarino, inclusive, chegou a abordar comigo sobre os cortes das árvores junto ao posto de transformação e sobre o lixo acumulado naquela zona. Pouco tempo depois, foi realizada a limpeza. Infelizmente, também observamos uma falta de cuidado por parte do Algartalhos, nomeadamente na forma como gerem os resíduos plásticos. As paletes são abertas sem a devida preocupação com o destino dos plásticos, que acabam espalhados pela área envolvente. Considero que o estabelecimento deveria ser notificado para corrigir esta situação. Amanhã irei abordar este assunto com o Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira. Relativamente à reorganização do



Presidente
Telmo Machado Pinto

Secretário
Eduardo Amador

Tesoureira
Marta Teixeira Pimentel

Vogal
Paulo Alferes

Vogal
Jorge Ilhéu Bica

Vogal
Cláudia Martins

Vogal
Natália Duarte

trânsito, posso afirmar que já entregámos um plano à Câmara Municipal de Loulé há mais de um ano, propondo que algumas ruas de Quarteira passassem a ter apenas um sentido, nomeadamente a Rua Patrão Lopes e a Rua do Farol. A Rua Patrão Lopes, em particular, encontra-se praticamente intransitável. Não compreendo a resistência à implementação desta mudança, nem a falta de coerência na sinalização existente, apesar de termos insistido bastante nesse sentido.-----

Sobre as árvores, estamos agora a entrar no período adequado para a sua poda, uma vez que esta não pode ser realizada em qualquer altura do ano. Tenho conhecimento de que existem uma ou duas árvores inclinadas na área mencionada, mas não sei se já foi realizado um estudo para avaliar o risco de queda. O abate de árvores só pode ocorrer após essa análise, e, caso seja necessário proceder ao corte, existe a obrigatoriedade de replantação de novas árvores em substituição – creio que numa proporção de três por cada uma abatida. A Teresinha conversou com o arquiteto João Barão sobre o assunto, mas desconheço a resposta obtida. Por fim, gostaria de mencionar o caso recente do abate de cinco ou seis árvores numa obra em curso em Quarteira, nomeadamente na construção do novo McDonald's. Não fomos informados previamente sobre esta ação, e não sabemos se a Câmara Municipal tinha conhecimento da situação. Poderá haver uma obrigação por parte do construtor para replantação de novas árvores. No entanto, ficámos surpreendidos e chocados ao depararmo-nos com a remoção das árvores. Comprometo-me a falar com o arquiteto João para obter esclarecimentos sobre este assunto e solicitar informações oficiais. ----

Sr. Vítor Miranda, membro do público: No primeiro ano do mandato, o Presidente Telmo iniciou a sua campanha como Presidente e, nessa altura, abordámos com ele a questão das árvores. Na mesma altura, a Inframoura estava também a intervir na Quinta do Romão, tratando da manutenção das árvores. Tivemos então uma reunião com a engenheira responsável na época, a Engenheira Inês (não me recordo do sobrenome), e



Presidente
Telmo Machado Pinto

Secretário
Eduardo Amador

Tesoureira
Marta Teixeira Pimentel

Vogal
Paulo Alferes

Vogal
Jorge Ilheu Bica

Vogal
Cláudia Martins

Vogal
Natália Duarte

foi solicitado que o pedido de abate ou transplante das árvores fosse formalizado em ata de Assembleia de Condomínio. Durante a Assembleia, o tema foi debatido, ficou registado em ata e essa ata foi posteriormente enviada à Inframoura e à engenheira responsável. O objetivo do pedido era que as árvores fossem transplantadas e substituídas por outras espécies que não causassem tanto transtorno. O problema não se resume apenas à queda das folhas, pois estas podem ser varridas manualmente ou com máquinas. O maior inconveniente é a resina que as árvores libertam no verão, danificando as pinturas dos automóveis, aderindo ao pavimento e sendo transportada para o interior dos edifícios através do calçado dos moradores. No entanto, apesar do que ficou registado em ata e enviado à Inframoura, apenas foi realizada uma poda das árvores, sem que o pedido inicial de transplante ou substituição fosse atendido. -----

Sr. Eduardo Amador, Secretário: Posso tentar obter mais informações sobre esta questão, pois atualmente existem estudos que indicam a possibilidade de aplicação de injeções nas árvores, o que pode impedir a libertação de resina durante um ou dois anos. Foi esse o procedimento adotado junto às Finanças. No entanto, este tratamento precisa de ser renovado periodicamente com a aplicação de um novo produto. Comprometo-me a averiguar esta possibilidade. Além disso, alguém terá de responder a estas duas situações, nomeadamente em relação ao terreno e às árvores. Posso garantir que tudo está a ser devidamente registado e anotado. Quanto aos veículos abandonados, esta situação é verdadeiramente caótica. Neste momento, possuímos um inventário atualizado e sabemos que há cerca de trezentos carros abandonados em Quarteira. Todos os meses enviamos relatórios à Câmara Municipal de Loulé, indicando os veículos já identificados e os novos que vão surgindo, aguardando que sejam tomadas as devidas providências. A Câmara menciona que, caso os veículos não tenham matrícula, a remoção é mais fácil. No entanto, quem se responsabiliza pela retirada das matrículas? Além disso, há veículos que são deslocados apenas alguns metros para evitar serem



Presidente
Telmo Machado Pinto

Secretário
Eduardo Amador

Tesoureira
Marta Teixeira Pimentel

Vogal
Paulo Alferes

Vogal
Jorge Ilheu Bica

Vogal
Cláudia Martins

Vogal
Natália Duarte

considerados abandonados. Um exemplo disso pode ser observado na Rua Mártires da Pátria, onde há pelo menos três carros nessas condições. Há também veículos com vidros partidos, como o que estava próximo da Clínica Central, que foi rebocado recentemente. No entanto, são cerca de trezentos os carros identificados nesta situação em Quarteira. Basta observar aqueles que estão com ervas a crescer por baixo ou com areia acumulada nos pneus, evidenciando que estão imobilizados há bastante tempo. O caso do Mercedes que permaneceu na Avenida Francisco Sá Carneiro, junto ao Atis, é emblemático. Esse veículo esteve estacionado numa faixa de rodagem durante um longo período. Foram enviados inúmeros e-mails para a GNR e para a Câmara Municipal de Loulé antes que, finalmente, fossem colocadas fitas de segurança no local. Ainda assim, o carro permaneceu lá por vários dias. Não compreendo por que razão a Câmara, que se queixa da falta de espaço, não encontra uma solução para este problema. Existem terrenos disponíveis no Barrocal que poderiam ser utilizados para armazenar ou desmantelar os veículos abandonados. Uma alternativa seria adquirir uma máquina para prensar os automóveis. Posso garantir que esta situação não se deve à falta de pressão por parte da Junta de Freguesia de Quarteira. O nosso Departamento de Aprovisionamento envia sistematicamente relatórios e pedidos de intervenção, mas o problema persiste. -----

A questão da iluminação pública segue a mesma lógica. A Avenida de Ceuta esteve sem iluminação durante cerca de quatro dias. Dona Lígia, se eu lhe disser que estou há um ano sem iluminação na minha rua, provavelmente não acreditaria. Já apresentei reclamações à E-REDES e até estou surpreendido por estarem a substituir algumas lâmpadas por tecnologia LED. No entanto, resta saber se essa mudança trará melhorias ou se poderá haver reclamações devido à intensidade da iluminação fornecida. -----

Amanhã, terei o cuidado de abordar os temas: o terreno contíguo aos vossos prédios e a situação das árvores, sobre a qual falarei com o arquiteto João Barão. Quanto à



Presidente
Telmo Machado Pinto

Secretário
Eduardo Amador

Tesoureira
Marta Teixeira Pimentel

Vogal
Paulo Alferes

Vogal
Jorge Ilhéu Dica

Vogal
Cláudia Martins

Vogal
Natália Duarte

iluminação pública, continuaremos a exercer pressão para que o problema seja resolvido. -----

Sr. Carlos Catarino, membro do público: Após alguma pesquisa, consegui encontrar as informações que tinha fotografado. Trata-se, portanto, de um dos prédios. Nas confrontações, verifica-se que no AM 5 está identificado como 'Parque Municipal da Câmara Municipal de Loulé'. No FM 10 e FM 11, consta a designação 'Logradouro'. Além disso, entre o FM 11 e o edifício novo que está atualmente em construção, foi necessário deixar um espaço de um metro e meio para permitir o acesso. Já entre este novo edifício e o FM 6 — onde se encontra a empresa de elevadores — a distância parece ser superior a um metro e meio, possivelmente entre dois e três metros. Esse espaço constitui uma via de acesso que conduz à parte traseira do prédio, onde se situam os motards e o Social. Dessa forma, parece evidente que se trata de um espaço público. Apenas espero que se mantenha dessa forma. Não quero antecipar cenários indesejáveis, mas deixo aqui o alerta para que esta questão seja devidamente clarificada, no interesse de todos.

Sr. Eduardo Amador, Secretário: Amanhã, tentarei verificar essa questão e, posteriormente, alguém deverá fornecer uma explicação sobre esses dois pontos. A situação da iluminação pública é bastante complexa, assim como a remoção dos veículos abandonados. Não se trata de falta de pressão, pois temos enviado inúmeros e-mails e insistido regularmente. No entanto, os processos avançam de forma lenta e, muitas vezes, acabam por não ser resolvidos no tempo que consideramos adequado. Basta observar o estado das pavimentações em Quarteira. Existem ruas completamente degradadas, o que é inaceitável. Estes problemas necessitam de uma solução urgente.

Sr. António Santos, membro do público: As luzes LED estão a ser substituídas em todo o país. Inclusive, no interior alentejano, já não há aldeias com iluminação antiga, pois todas foram atualizadas. A iluminação LED representa apenas um terço do custo da anterior, proporcionando maior claridade e consumindo significativamente menos



Presidente
Telmo Machado Pinto

Secretário
Eduardo Amador

Tesoureira
Marta Teixeira Pimentel

Vogal
Paulo Alferes

Vogal
Jorge Ilheu Bica

Vogal
Cláudia Martins

Vogal
Natália Duarte

energia do que as lâmpadas antigas, que dependiam de balastos potentes, mas ofereciam pouca eficiência luminosa. No que diz respeito às luzes apagadas ou fundidas, normalmente apresento uma reclamação online à E-Redes. O processo é bastante simples, pois a plataforma permite identificar a rua e o número do poste. Indico, por exemplo, que determinado poste está localizado em frente ao número X e, geralmente, em cerca de uma semana o problema é resolvido. Caso não seja, apresento uma segunda reclamação, reforçando a urgência da situação. Na Rua da Palma, esta estratégia tem funcionado eficazmente, e atualmente quase não há luzes fundidas naquela zona.-----

Sr. Eduardo Amador, Secretário: A Marta chamou-me a atenção para uma questão, e é verdade: nem todas as luminárias podem ser substituídas por LED. Há, de facto, situações em que é necessário substituir as luminárias inteiras. Algumas substituições são mais simples do que outras, mas muitas das luminárias existentes realmente precisam ser trocadas para que seja possível instalar as lâmpadas LED.-----

Sr. António Santos, membro do público: Cruzamentos das rotundas, aquelas mais altas, essas vão, com certeza, levar mais tempo.-----

D. Lígia Freitas, membro do público: Gostaria de levantar uma questão relacionada com o terreno de que estão a falar, que, pelo menos na minha escritura, faz parte do espaço público. Está localizado junto ao meu prédio, na quina entre o meu edifício e o Alba Moura uma estrutura no local que parece ser um poço, coberto por tábuas. Já mencionei isso anteriormente, mas as tábuas estão partidas, e não sei o quão profundo é o poço, mas está aberto. Isso representa um risco, especialmente para as crianças, e é muito perigoso. Além disso, queria também mencionar uma preocupação sobre a questão de ratos. Embora eu nunca tenha visto nenhum, os meus vizinhos afirmam que há uma grande quantidade de ratos na área. Não sei se isso se deve ao que é deixado pelo



Presidente
Telmo Machado Pinto

Secretário
Eduardo Amador

Tesoureira
Marta Teixeira Pimentel

Vogal
Paulo Alferes

Vogal
Jorge Ilhéu Bica

Vogal
Cláudia Martins

Vogal
Natália Duarte

Algatelhos ou se é outro problema, mas a situação precisa ser verificada. O poço, em particular, deve ser tratado com urgência. -----

Sr. Eduardo Amador, Secretário: Vamos tirar nota, D. Ligia e amanhã verificarei com o Departamento das Obras, nomeadamente com a Engenheira Filomena para verificar como podemos proceder. Portanto, apanha o gaveto do AM 5 e do AM 6 -----

Sr. Nélon Rodrigues, membro do público: Relativamente à Praça do Mar e às obras em curso, acho que não deveria ser chamada de Praça do Mar, mas sim de 'Obras de Santa Engrácia', pois não sabemos quando é que aquilo vai terminar. Não sei se a demora é devido a um calendário político ou se é uma tentativa de concluir a obra antes de um período eleitoral. Há outra questão relacionada com a Praça do Mar. Quando se realiza qualquer obra privada, é necessário que o responsável tenha um alvará, que a empresa seja identificada, que se apresente um orçamento, entre outras formalidades. No entanto, nesta obra pública, nada disso é visível. Não se sabe quem é a empresa construtora nem aparece qualquer documentação sobre o projeto. Existem apenas duas ou três pessoas que mexem em algumas pedras durante o dia e depois desaparecem. Acho isso muito estranho. Não sei se tem conhecimento, mas ao prolongar uma obra, os custos aumentam. O que sei é que, se fosse uma obra privada, já teria sido concluída há muito tempo, provavelmente a um custo muito inferior ao que está a ser gasto neste projeto. Gostaria de saber quando será exposto o articulado, como se exige em qualquer obra privada, e que também deve ser exigido nas obras públicas. No estado atual, ninguém sabe nada sobre o andamento da obra. -----

Sr. Eduardo Amador, Secretário: Vou tentar explicar e justificar o motivo do atraso dessa obra. Quando se fez o prédio atrás da Praça do Mar, com várias salas, de forma célere ninguém falou sobre isso. Relativamente à obra atual, inicialmente não contemplava a substituição dos ramais de esgoto e de água nas laterais da praça, apenas a reparação da área da Praça do Mar, rebaixando o solo e deixando tudo no mesmo nível. Aqui na



Presidente
Telmo Machado Pinto

Secretário
Eduardo Amador

Tesoureira
Marta Teixeira Pimentel

Vogal
Paulo Alferes

Vogal
Jorge Ilhéu Bica

Vogal
Cláudia Martins

Vogal
Natália Duarte

Junta de Freguesia, achámos que seria um erro não substituir pelo menos os ramais de água, já que os tubos existentes, feitos de fibrocimento, têm entre quarenta e cinquenta anos. Sabíamos que, ao compactar o solo, esses canos iam partir-se. Fomos então insistentes, mesmo contra a vontade da Câmara Municipal, e conseguimos que eles aceitassem substituir os ramais de água até metade da rua. Ou seja, na rua Diogo Cão, a substituição vai um pouco além da Praça do Mar, e na rua Dr. José Pedro, vai um pouco além do nosso edifício novo. Esse processo acabou por atrasar a obra, porque o trabalho por baixo da terra — a substituição dos ramais — exige muito mais tempo do que a parte que está acima da terra. Além disso, tivemos de instalar ramais provisórios (Bypass) enquanto se faziam as trocas dos canos. O objetivo era que os ramais de água fossem até a paralela da Avenida Doutor Francisco Sá Carneiro, mas a Câmara não quis fazer essa extensão, então ficamos com uma parte nova e outra ainda velha. Em relação à água, tudo foi renovado por baixo da terra. Os sumidouros foram trocados, e a parte de água também. Por fim, queríamos ter feito a substituição do ramal de esgoto na Avenida Infante Sagres também, mas a Câmara exigiu um projeto específico devido ao desnível da área e à estação de bombagem que está situada na Rua do Leste. No entanto, acabámos por desistir dessa parte, pois, se tivéssemos executado, a obra teria sido ainda mais demorada, mas ficaria tudo novo por baixo naquele espaço. Portanto, o principal motivo do atraso da obra foi a substituição dos ramais de água, que não estava previsto. Vocês nem imaginam a quantidade de ferro que foi retirado da laje onde estava o repuxo de água. Dava para fazer um prédio só com o ferro que estava lá. Em algumas situações, a obra peca por falta, mas ali foi um exagero. Foram toneladas de ferro, e quando vimos aquilo, ficámos sem entender o motivo. Não sabemos se houve alguma venda do material a preço baixo ou se havia algum outro motivo, mas a quantidade era realmente impressionante. Para cortar aquela laje, foi um grande trabalho. Em relação à obra, o que posso explicar é isso. O resto, esperamos que siga seu andamento e que a parte



Presidente
Telmo Machado Pinto

Secretário
Eduardo Amador

Tesoureira
Marta Teixeira Pimentel

Vogal
Paulo Alferes

Vogal
Jorge Ilhéu Bica

Vogal
Cláudia Martins

Vogal
Natália Duarte

superior, como a pavimentação, seja mais rápida. Essa parte é mais simples e tende a ser concluída com maior agilidade. -----

Sr. Néilson Rodrigues, membro do público: Gostaria de saber quanto tempo mais será necessário para concluir toda a questão da alteração do ramal. Não consigo acreditar que, tendo passado tanto tempo, ainda não esteja resolvida. Não tenho a data exata de início da obra, mas se fosse um projeto privado, acredito que em dois meses a obra já teria sido concluída. Adicionalmente, considero que esta obra deveria ser, em parte, custeada pela entidade responsável pela sua destruição, nomeadamente pela empresa que construiu o centro onde são ministradas as aulas. Foram essas mesmas obras que causaram os danos, pelo que, na minha opinião, deveriam assumir uma parte do custo da reparação. -----

Sr. Eduardo Amador, Secretário: Mas os passeios, as pedras, estavam bastante degradadas. -----

Sr. Néilson Rodrigues, membro do público: Não posso concordar com a situação atual. Não vamos entrar no mérito do financiamento público, pois, evidentemente, o dinheiro do Estado é utilizado para várias finalidades. No entanto, há uma questão que ainda não foi respondida: qual é a empresa responsável pela construção daquela obra? Quando iniciou a obra e qual é a data prevista para a sua conclusão? Qual é o custo total da obra? Todas estas informações, que são exigidas de qualquer entidade privada, devem ser igualmente prestadas no caso de uma obra pública. Além disso, gostaria de saber quem é o arquiteto responsável pelo projeto. Essas informações são necessárias e devem ser transparentes. Não é aceitável que, ao passar pela obra, se veja apenas duas pessoas a mexer em pedras de manhã e, à tarde, não se veja ninguém. Não me venha dizer que uma obra pública possa ter uma progressão tão lenta. Para ilustrar, se considerarmos que um trabalhador custa 50,00€ (cinquenta euros) por dia, e se ele estiver a trabalhar durante um mês em vez de cinco, isso representa um desperdício de recursos que o



Presidente
Telmo Machado Pinto

Secretário
Eduardo Amador

Tesoureira
Marta Teixeira Pimentel

Vogal
Paulo Alferes

Vogal
Jorge Ilhéu-Bica

Vogal
Cláudia Martins

Vogal
Natália Duarte

Estado está a financiar. Matematicamente, uma obra não pode prolongar-se por meses para a instalação de um ramal de água. Se a prioridade for o ramal de água, pode-se colocar mais trabalhadores no local e concluir a tarefa em menos tempo. Com mais recursos humanos e máquinas adequadas, o trabalho poderia ser feito de forma mais eficiente, em uma semana, por exemplo. É também necessário questionar se a lentidão desta obra está a ser influenciada por motivos políticos, como o calendário eleitoral, visando uma possível inauguração no período eleitoral. Se for esse o caso, estamos a caminhar por um caminho errado, e isso é um reflexo da má gestão pública. Não podemos aceitar que as decisões sejam tomadas com base em interesses eleitorais, como ocorre em alguns países da América Latina ou África, onde os populistas têm o poder. Num país da União Europeia, como Portugal, isso não deve acontecer. A minha visão é esta, embora possa estar errado. Que Deus julgue as nossas ações. Muito obrigado. -----

Sr. Eduardo Amador, Secretário: Obrigado. Amanhã irei averiguar a viabilidade de se afixar o quadro informativo. Sabe que, em Portugal, os contratos de construção preveem penalidades para o construtor quando as obras não são concluídas dentro do prazo estipulado. Uma obra possui um prazo de execução previamente acordado. Não me refiro a situações extraordinárias que possam surgir, as quais podem justificar uma renegociação do prazo. Contudo, uma obra tem um prazo definido para ser concluída e, caso esse prazo seja ultrapassado sem uma justificação válida, o construtor está sujeito a penalidades. Professor Carlos Catarino, os ramais de água não estavam contemplados naquela obra. Era só do prédio para a frente. -----

Não havendo mais questões, damos por encerrada a reunião. Iremos ter em atenção os temas aqui abordados e tentar dar-vos resposta. Agradecemos a vossa presença. Boa noite. -----



Presidente
Telmo Machado Pinto

Secretário
Eduardo Amador

Tesoureira
Marta Teixeira Pimentel

Vogal
Paulo Alferes

Vogal
Jorge Ilhéu Bica

Vogal
Cláudia Martins

Vogal
Natália Duarte

Nada mais havendo a tratar, deu o Presidente em substituição por encerrada pelas 22:00 horas a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada por todos os elementos presentes. -----

O Presidente da Junta:

Telmo Manuel Machado Pinto, -----

O Secretário:

Eduardo Manuel Graça Amador, 

A Tesoureira:

Marta Alexandra Pereira Rodrigues Teixeira Pimentel, 

Os Vogais:

Paulo Alexandre Francisco Alferes, 

Jorge Ilhéu Bica, 

Cláudia Gonçalves Martins, 

Natália Marina Cova Duarte, 

(1) No âmbito das competências definidas nas alíneas o), t), u) e v) do nº. 1 do artigo 16 da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----